

1.º sessão
29.02.11
[Handwritten signature]



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 5/2010

Sessão realizada em 21 de Dezembro de 2010

ACTA N.º 5/2010

1
Vitor
Mendes

Aos vinte e um dias do mês de Dezembro de dois mil e dez, pelas catorze horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho do Fundão, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal, sob a presidência do Senhor Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins e secretariada pelos Senhores Luís Ventura Gavinhos e D. Maria do Carmo Nogueira.

Feita a chamada, verificou-se a falta dos membros: José Manuel Colchete Anacleto que justificou atempadamente a sua falta e foi substituído pelo Senhor João Couto Gonçalves. O membro Carlos Jerónimo faltou e apresentou justificação. Faltaram ainda os membros Maria Alice Cardoso, Joana Morgadinho Bento, Nuno Manuel Lopes, Luís Manuel Martins, Eduardo Jacinto Martins, João Picado, Aires Marques Proença que não apresentaram qualquer justificação. Os Presidentes de Junta de Alcaria e Valverde foram substituídos pelos seus representantes legais.

Estiveram presentes todos os membros do Executivo, excepto o Senhor Vereador Augusto Leal Salvado.

Constatada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, com a seguinte agenda:

Ordem de Trabalhos

1º - Período de Antes da Ordem do Dia

2º - Período da Ordem do Dia

2.1 - Apreciar uma Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade municipal e da situação financeira do Município;

2.2 – Apreciação e votação dos “Documentos Previsionais para o ano de 2011”

2.3– Apreciação e votação de proposta da Câmara Municipal de “ Reestruturação dos serviços municipais, nos termos do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de Outubro”

2.4 –.Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Adjudicação de um empréstimo a curto prazo para o ano de 2011”

2.5– Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Adjudicação de um empréstimo para o auto-financiamento das obras aprovadas do POVT – Programa Operacional de Valorização do Território”

2.6 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “ Participação de 5% no IRS dos Sujeitos Passivos com domínio fiscal na circunscrição territorial do Fundão”.

2.7 – Apreciação e votação de um proposta da Câmara Municipal de “ Lançamento para o ano de 2011 da derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento do IRC”.

2.8 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal “ Apreciação do Regulamento da Taxa Municipal de Protecção Civil”.

2.9 - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, para a “Constituição do Conselho Municipal de Educação”, em representação das freguesias do concelho do Fundão.

2.10 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “ Constituição do Conselho Municipal de Educação”.

2.11 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “ Apreciação do Regulamento Municipal de Espaços Verdes do Concelho do Fundão”.

O Senhor Presidente da Mesa iniciou a sessão cumprimentando todos os presentes e propondo desde logo que se respeitasse 1 minuto de silêncio pelo falecimento do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bogas de Baixo, António Roque, que nos deixa uma memória de grande respeito e trabalho exemplar em prol da sua freguesia e nesta Assembleia Municipal. A proposta foi aceite por unanimidade e cumprida de imediato. Agradeceu a todos os membros da AM que contribuíram com algo para a loja social, procurando com esse gesto ajudar a minorar algumas situações de carência e sobretudo para assinalar que este órgão está solidário e atento aos problemas que atingem alguns municípios do nosso concelho. Deu também conhecimento de que a Mesa da Assembleia Municipal, conjuntamente com a comissão permanente, tentará no próximo ano melhorar as condições de funcionamento da Assembleia, tanto ao nível de condições materiais, informáticos ou outros em que opera, para o que conta com a ajuda de todos. De seguida colocou a votação a acta nº 4/2010 que não foi alvo de qualquer consideração e foi aprovada por unanimidade.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Rogério Palmeiro – Apresentou uma recomendação que se junta à presente acta, Anexo I, relativa ao falecimento do Sr. Presidente da Junta de de Bogas de Baixo.

Aires Patrício – Começou por desejar Boas Festas a todos. Congratulou-se com o regresso do Membro Nuno Bichinho após a longa ausência por motivos de doença e desejou-lhe votos de muita saúde. Reiterou o seu descontentamento pelo facto das centenas de pessoas que votaram no CDS/PP não terem representação na Comissão Permanente desta Assembleia e deu graças a Deus pelo facto de ter chovido e até nevado o que contribuiu para a lavagem das ruas da freguesia de Alpedrinha, que após a festa dos Chocalhos ficou de forma degradante, dizendo “*até que enfim os Chocalhos foram por água abaixo*”. Lembrou a Câmara Municipal que devia dar alguma ajuda na recuperação de cantarias já que os 3 dias de festa deixaram algumas marcas.

Luís Lourenço – Baseou a sua intervenção num documento que se junta à presente acta, Anexo 2, abordando a crise económica que assola o nosso País. Apresentou também uma Moção, Anexo 3, relativa ao SMN – Salário Mínimo Nacional.

Luís Castanheira – Congratulou-se com a recomendação do Membro Rogério Palmeiro. Solicitou que fosse tida em consideração a hipótese de distinguir o mais breve possível 3 homens distintos, pelo que fizeram e continuam a fazer pelo nosso concelho. A título póstumo devia ser distinguido o Sr. António Roque, pelo trabalho realizado em prol da sua freguesia. Também devia ser reconhecido publicamente o trabalho de enorme qualidade realizado pelos Senhores João Barroca e Diamantino Gonçalves.

Rogério Palmeiro – Deu conhecimento de que solicitou ao Senhor Presidente da Mesa autorização para efectuar desde já esta intervenção relativa ao Orçamento para 2011, uma vez que tinha de se ausentar para participar no funeral de um familiar. Assim, disse temer que o próximo ano não nos traga boas notícias, já que é importante registar que de 2010 para 2011 as Juntas de Freguesia do concelho, sob proposta do actual Governo, vão ser penalizadas num valor a rondar os 10%, só no FEF vão ficar sem uma verba de 100.000 €. A asfixia que o actual Governo está a causar às freguesias não tem fim, será

NH
3
C

necessário fazer algo para colocar um ponto final nisto. O que lhe é retirado do FEF para a sua freguesia, corresponde ao ordenado de uma funcionária. Agradeceu em nome pessoal e dos autarcas de freguesia do concelho, o esforço desta Câmara Municipal que prometeu que não iria retirar às freguesias qualquer verba relativamente ao ano de 2010. Trata-se de uma notícia que conforta e alivia um pouco todos os autarcas de freguesia do nosso concelho. Terminou desejando a todos um Bom Natal e um melhor 2011.

Eduardo Saraiva – Depois de uma breve resenha histórica sobre a “Globalização”, afirmou que num quadro de dificuldades, como o que Portugal atravessa é necessário colocar o homem no “centro do mundo”. Frisou o papel da solidariedade na sociedade actual e em particular o trabalho e esforço realizado por esta Câmara Municipal, através do pelouro da acção social, na realização da campanha “Natal solidário”. Foi possível com a colaboração de empresas e voluntários, entregar o cabaz de Natal a 100 famílias necessitadas. Com a colaboração das Escolas e em particular do 1º ciclo e jardins-de-infância, foi possível recolher alimentos para tornar mais feliz o Natal de muitas pessoas. Com a colaboração de outra empresa foi possível efectuar a troca de roupas por alimentos, o que ajudou a superar outras dificuldades. A *matinée* de sábado teve para todos um significado muito especial. Terminou desejando a todos um bom Natal.

Abel Rodrigues – Leu uma Moção sobre ajudas de custo, despesas de deslocação e representação dos Membros da Assembleia, documento que se junta à presente acta, Anexo 4. Qualificou de extremista a intervenção do Membro Rogério Palmeiro, pois estamos numa sessão da Assembleia Municipal e não em qualquer plenário do PSD.

Nuno Miguel Henriques – Saudou o município por ter remetido os documentos em análise nesta AM, de forma electrónica. Sugeriu ser útil, em termos protocolares se avise electronicamente todos os autarcas do concelho, quando ocorre o falecimento de alguém com a importância do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bogas de Baixo e que nestes casos seja decretado luto municipal. Há muitas pessoas no concelho que exercem actividades meritórias que merecem o reconhecimento de todos sem sectarismos, realçando aqui o papel importante das Juntas de Freguesias.

Henrique Dias – Lamentou a perda do Sr. António Roque e desejou que as pessoas de Bogas de Baixo encontrem o seu caminho, recordando o grande homem que tiveram à frente dos seus destinos e sobretudo o seu exemplo, para prosseguir esse caminho. Criticou o Governo que decidiu cortar a direito em tudo, sobretudo na área da educação. Mencionou as escolas do sector particular e cooperativo, que prestam um serviço público de ensino e têm uma função social, da responsabilidade do Governo. Estas vêem-se agora confrontadas com um corte de 20% na contratualização que têm com o Ministério da Educação. Trata-se de uma situação de ilegitimidade atroz, sobretudo em regiões do País onde o Ministério da Educação não tem escolas públicas para servir os alunos desses territórios. E ainda assistimos a declarações da Senhora Ministra da Educação dizendo que estas escolas ficam mais caras ao erário público que as escolas públicas, esquecendo-se de dizer quanto e do que está a falar. Informou também que, segundo um estudo efectuado pela Universidade Católica, pelo Prof. Jorge Cotovia, as 93 escolas privadas que têm contrato de associação com o Ministério da Educação poupam ao Estado cerca de 51 milhões Euros/ano e que no conjunto de todas as escolas privadas, poupam cerca de 750 milhões/ano. Declara-se solidário com aquelas instituições, especialmente com a que existe no nosso concelho e substituiu durante 30 anos a acção pública obrigatória do Estado. O Externato Santiago de Carvalho tem

prestado o mesmo serviço que qualquer escola pública e a sua aposta foi também uma forma de segurar os alunos numa zona de migrações para escolas de Alcains ou Castelo Branco. Apresentou uma Moção que se junta à presente acta, Anexo 5.

Pedro Salvado – Iniciou a sua intervenção desejando boas festas a todos os presentes. De seguida apresentou uma Moção relativa à alteração do Pórtico da A23 Fundão Sul/Castelo Novo, que se junta à presente acta constituindo o Anexo 6.

O Senhor Presidente da Mesa saudou a presença do membro Nuno Bichinho recentemente acometido de doença e desejou-lhe votos de boa saúde e bom trabalho.

Nuno Bichinho – Agradeceu as palavras do Senhor Presidente da Mesa com um grande Bem-haja a todos os que lhe enviaram mensagens de conforto e solidariedade nesta fase difícil da sua vida, gestos que jamais esquecerá. Terminou desejando um bom Natal e votos de um 2011 com muita saúde.

Carlos São Martinho – Deu os parabéns à recentemente eleita concelhia do PSD. Considerou pouco credível a proposta do Membro Abel Rodrigues, relativamente à questão das senhas de presença e ajudas de custo já que estamos perante uma proposta altamente demagógica e perigosa, porque estamos a entrar na esfera individual de cada um. Cada pessoa sabe o que fazer às senhas de presença que recebe nesta Assembleia Municipal, exemplificando que ele próprio nunca recebeu quaisquer valores uma vez que as entrega ao seu partido de livre vontade. Se estamos a apresentar uma Moção como esta, vamos descredibilizar completamente a política, quando ela já está de rastos. Voltando às eleições na concelhia do PSD deu os parabéns ao Dr. Miguel Gavinhos, já que conseguiu conjugar uma equipa de pessoas experientes com gente jovem, o que poderá contribuir para encarar a política de uma outra forma, com mais credibilidade.

Jean Barroca – Relativamente à moção sobre os pórticos na A/23 considerou que a 1ª frase daquele documento é bem elucidativa da falácia que está por detrás, já que diz que está em curso a implementação de portagens na A23. Isto é feito de uma forma impessoal, sem atribuição de responsabilidade, como se uma força maior que ninguém conhece ou controla, tivesse ditado o destino das Portagens da A23 e tivesse de uma forma impossível de combater condenado as pessoas do Fundão a pagar portagem. Nota-se também na mesma um espírito derrotista e resignado por parte de um PS do Fundão que não consegue admitir que o seu Partido está neste momento a implementar Portagens na A23. O PS do Fundão abdica assim da bandeira de defesa de uma causa, retirando um direito à população do concelho. Agrava-se o orçamento municipal já que as estradas secundárias, sendo mais utilizadas, aumentarão as despesas de manutenção que competem à autarquia. Este é o ponto essencial e é importante verificarmos se a Moção aprovada por unanimidade nesta Assembleia contra as Portagens não for aceite, para entrarmos noutra tipo de discussão, nomeadamente a possível alteração dos pórticos e a defesa do trânsito local no nosso concelho pela A23, sem pagamento de taxa. É bom que se assumam responsabilidades e se faça uma boa análise dos temas.

Abel Rodrigues – Respondendo ao membro Carlos São Martinho considerou que a questão das senhas de presença deve ser considerada como uma tomada de posição individual, não estando implícito o apelo a votações colectivas dos partidos. Cada membro concorda ou discorda e vota como entender. Ao membro Jean Barroca considerou-o distraído porque inclusive o Senhor Presidente da Câmara já defendeu a

mesma posição sobre a localização dos pórticos na A23. Lembrou também que desde o governo do Dr. Santana Lopes que o PSD defendeu o princípio do utilizador/pagador e que a imposição de portagens na A23 foi do PSD em negociação com o actual governo do PS, que sempre defendeu só a introdução de portagens nas SCUT'S do litoral.

Luís Lourenço – Disse que trazer aqui à discussão as responsabilidades dos diferentes partidos na questão da introdução de portagens é a ir por mau caminho, porque a responsabilidade é repartida pelo PS e PSD que exigiu que fossem introduzidas em todas as SCUT'S. Devia-se discutir-se sim o que está em cima da mesa que é uma proposta à qual esta Assembleia está vinculada, uma decisão frontal contra as portagens, quando muito pelo empenho e dinamização de todos e por acções que possam ser desenvolvidas no sentido de evitar que essas portagens possam ser incluídas na A23.

Presidente da Câmara – Cumprimentou os presentes e associou-se às palavras sentidas para com o Sr. António Roque, considerando-o um grande autarca e um grande amigo. Informou que a Câmara Municipal não ficará alheia aos apelos para distinção de certas individualidades. Sobre a empresa Águas do Alardo considerou-a muito importante para o concelho, não só pelo produto de qualidade em si, como pelas pessoas que emprega. A empresa enfrenta dificuldades sempre acompanhadas pela Câmara Municipal, mas infelizmente nunca se conseguiu concretizar um negócio com grupos económicos que resolvessem o problema. O Tribunal declarou a insolvência da empresa, a Câmara vai ajudar como puder as famílias e vai continuar a acompanhar os desenvolvimentos do processo. Quanto ao ensino privado disse que não compete ao Estado acabar com as coisas boas e que este tipo de ensino complementado com a rede pública ajuda a resolver muitos problemas. O Externato Santiago de Carvalho em Alpedrinha é um bom exemplo disso e se por esse motivo encerrar terá de ser o ensino público a resolver o problema, com o conseqüente aumento de custos. Relativamente às portagens disse que não interessa nada o que cada um ou cada partido defende, a realidade é que temos um governo que há 1 ano atrás dizia aos Portugueses que jamais introduziria portagens e hoje impõe-nas. Isto não tem nada a ver com os outros mas sim com o governo do PS que as vai implementar. Esta auto-estrada não tem as mesmas características das de Lisboa ou Porto, já que tem uma função mais importante de coesão social e territorial, fazendo a ligação do litoral à Europa. Também não existem alternativas capazes, pelo que não se pode equacionar sequer a hipótese de pagar portagens, mesmo assim, o Presidente da Câmara tem de acautelar todas as possibilidades, os interesses do povo e da própria estrada que deve ser uma variante do tráfico local. Informou que escreveu ao Senhor Secretário de Estado dando conta que as pessoas não deviam pagar portagens quando circulam na área do concelho do Fundão e que lhe foi já respondido que estão a ser efectuados estudos e que depois de concluídos, chamará os autarcas para esclarecer e debater algumas situações. Terminou desejando Boas Festas a todos os presentes.

O Senhor Presidente da Mesa colocou nesta fase a votação todas as Moções, recomendações e propostas apresentadas no decorrer da sessão:

- **Recomendação ao falecimento do Sr. António Roque (Anexo 1)** – Aprovada por unanimidade

- **Moção relativa ao SMN – Salário Mínimo Nacional (Anexo 3)** – Aprovada por maioria com 30 votos a favor e 9 abstenções

HWL
6
2017

- **Moção de suspensão das senhas de presença e ajudas de custo (Anexo 4)** – Rejeitada com 37 votos contra, 9 votos a favor e 3 abstenções

Moção contra o fim dos apoios ao ensino privado (Anexo 5) – Aprovada por maioria com 36 votos a favor e 3 abstenções

Luís Lourenço – Apresentou declaração de voto dizendo que não é a meio do ano lectivo que se fazem alterações como estas. Sobre a Moção considerou que as situações não são iguais em todas as escolas, em todas as zonas, já que não são todas as escolas de ensino particular que cumprem os mesmos objectivos. Se estivéssemos a tratar especificamente do Externato Santiago de Carvalho em Alpedrinha e dadas as suas condições e situação, teria votado a favor mas, como não é o caso, absteve-se.

Nuno Baltazar Mendes – Apresentou declaração de voto afirmando que votou a favor mesmo sem acompanhar os considerandos da Moção, porque a existência do ensino público e privado não pode ser factor de desigualdade social, nem pode ser uma situação em que uma exclua a outra. Vivemos num País onde existe ensino público e privado e reconhece ao ensino particular um papel inestimável que preenche em muitas situações uma lacuna insubstituível, como é o caso da escola em Alpedrinha. Não pode assim deixar de estar de acordo na parte em que não é admissível alterar regras a meio do ano escolar. Votaram a proposta não numa perspectiva economicista, mas numa perspectiva de cultura e educação que é necessário salvaguardar.

Nuno Miguel Henriques – Considerou esta questão muito importante e realçou o papel da Igreja na educação e que não pode fazer-se um corte radical de um dia para o outro. Temos de defender um ensino de qualidade para todos e a Igreja ao longo dos anos tem sabido desempenhar muito bem o seu papel no ensino em Portugal.

Rogério Hilário – Votou a favor porque como pai deve poder escolher a escola dos seus filhos ou quando doente poder escolher o local onde deve ser tratado. Nesta perspectiva é preciso ver se queremos ou não iniciativa privada e está frontalmente contra os que querem acabar com ela e alteram as regras quando muito bem lhes apetece, sem noção do que estão a fazer.

- **Moção de alteração do Pórtico Fundão Sul/Castelo Novo (Anexo 6)** – Rejeitada com 35 votos contra, 10 votos a favor e 6 abstenções

Rogério Hilário – Fez uma declaração de voto em nome do PSD porque é frontalmente contra as portagens na A/23. Esta Moção parece-lhe uma lavagem de consciência do PS do Fundão que pagará a auto-estrada mais cara do País. Foi-nos retirada a alternativa do IP2 com promessas de uma auto-estrada sem custos, mas passamos a pagar uma 1ª portagem no combustível, uma 2ª através dos nossos impostos e agora a 3ª portagem 3 céntimos/Km mais caro que a A1. A responsabilidade disto é toda do PS.

Luís Lourenço – Também apresentou declaração de voto dizendo que se absteve, embora a CDU seja contra as portagens na A 23 e que é obvio que no caso das mesmas serem uma realidade irreversível não lhe é indiferente que fique num lado ou noutro. Porém nesta fase a sua posição só pode ser esta.

Hlh
7
A. G. 01

O Senhor Presidente informou que o Membro Aires Patrício havia dado entrada na Mesa de 3 recomendações, que passou a ler e tiveram a seguinte votação:

- **Recomendação para requalificação de pavimentos (Anexo 7)** – Aprovada com 38 votos a favor e 3 abstenções

- **Recomendação miradouro na Serra da Gardunha** – Aprovada com 33 votos a favor e 7 abstenções

- **Recomendação de Homenagem ao Dr. António Lourenço Marques** – Aprovada por maioria com 25 votos a favor e 14 abstenções

Eduardo Saraiva – Apresentou declaração de voto considerando que este assunto já tinha sido discutido na última Assembleia e que, do seu ponto de vista pessoal, depois do Dr. Lourenço Marques ter recebido a distinção máxima do concelho e ter sido agraciado pelo Sr. Presidente da República, fazer mais alguma coisa não é dignificar o trabalho exemplar daquele médico.

O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao membro Aires Patrício que leu uma declaração política que havia dado entrada na Mesa relativa às escolas privadas e que se junta à presente acta constituindo o Anexo 10. Apresentou também uma proposta, dirigida à Câmara Municipal, que se junta à presente acta, constituindo o Anexo 11.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - Apreciar uma Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade municipal e da situação financeira do Município

Não houve qualquer intervenção neste período da ordem do dia.

2.2 – Apreciação e votação dos “Documentos Previsionais para o ano de 2011”

Presidente da Câmara – Fez uma introdução deste ponto através da leitura de um documento que se junta à presente acta, constituindo o Anexo 12.

Aires Patrício – Disse que o País atravessa um período muito difícil e temos de olhar para o mesmo como um todo e não só numa perspectiva político/partidária. Lembrou que devemos ver nos nossos activos as possibilidades necessárias ao nosso desenvolvimento, temos de recuperar a agricultura, aproveitar as zonas turísticas magníficas que possuímos. Devemos ir buscar ao que de bom temos, o nosso futuro. Terminou desejando a todos um Bom Natal e um óptimo ano novo.

Nuno Baltazar Mendes – Trata-se de um ponto relevante na vida do concelho, já que espelha as opções do Executivo para o próximo ano, no entanto e como primeira análise tem de dizer que quanto mais se deve menos se cresce. Se não colocarmos as nossas contas em ordem não vai haver crescimento. O Executivo, ao longo dos últimos anos, tem mantido a posição de que, independentemente do valor das obras e investimentos a realizar, estas têm de ser feitas em qualquer circunstância. O PS foi sempre alertando que o Fundão precisava de alguns investimentos, de obras, de atrair investidores, mas

que tudo isso não devia ser feito exclusivamente e sobretudo com a alavanca dos investimentos da própria Câmara Municipal. O PS não iria por aí e o tempo está a dar-lhe razão porque isso veio trazer um custo de mais 80% ao nível dos juros da dívida. Os empréstimos feitos ao longo dos últimos anos para financiar obras, têm agora a sua factura. O Senhor Presidente da Câmara acusou sempre o PS de estar contra tudo aquilo que mexa, de não ter tido capacidade de fazer obra e estar sempre contra quem a faz ou tenta fazer. Agora estamos confrontados com os custos e muitos dos recursos financeiros do Município têm de ser aplicados no financiamento da dívida. Por outro lado como no ano 2011 se prevê que as receitas sejam inferiores em 10%, estamos perante uma questão muito difícil, já que isto vai impedir, sob pena de incumprimentos bancários, que a Câmara possa tomar algumas medidas muito necessárias nos tempos difíceis que se avizinham, nomeadamente na área social e do emprego. *“Não é partindo o bolo em mais fatias que o bolo cresce”*. Chegados a este nível torna-se necessário fazer opções, com responsabilidade e com os pés bem assentes na terra. Esta intervenção não é optimista, os próximos tempos não vão ser fáceis, mas temos muito trabalho a fazer e muita vontade de ultrapassar estes momentos difíceis.

Luís Lourenço – Regozijou-se por estar em curso uma melhoria das condições da Assembleia Municipal e subscreveu as palavras relativas à entrega dos documentos por mail, embora a qualidade de alguns não tenha sido a melhor, especialmente ao nível da digitalização. Quanto aos documentos previsionais considerou a situação de grave e que o próximo ano merecia uma proposta mais fundamentada e mobilizadora. Infelizmente, os documentos apresentados com mais ou menos números aqui ou ali é exactamente a cópia do ano passado. A redução na rubrica Pessoal é de 303.000 €, o que na prática corresponde àquilo que nos foi imposto pelo Governo na redução salarial efectuada. Nas grandes opções do plano vemos alterações significativas, existindo uma redução de verbas na ordem dos 6,14% em relação ao ano anterior, mas a sua distribuição pelas rubricas é muito diferente, gostando de saber quais as opções da Câmara neste diferencial de aumentos e reduções pelas diferentes rubricas e porque foi feito assim. Mencionou também que na página 6 existe uma rubrica denominada “empresas públicas municipais – transferências de capital” com uma verba de 4,5 milhões de euros, pelo que perguntava a que se referia tal montante e também porque existe uma parte relativa a Estado/projectos co-financiados com um aumento em relação ao ano passado de 8 para 13 milhões. Perguntou também porque existe uma redução de receitas no fornecimento de água em 200.000 €, no saneamento um aumento de receitas de 300.000 € e na recolha de resíduos um aumento de receita de 250.000 €, *“não bate a bota com a perdigota”*. Depois de mencionar várias reduções em diversas rubricas mencionadas nas Grandes Opções do Plano, no valor total de 542.000 €, perguntou por que razão existe uma diferença tão grande de um ano para outro na rubrica recolha de resíduos sólidos, passando a despesa de 130.000 € para 2.555.000 €. O documento assenta no aumento de taxas e participações dos municípios e não nos explica como são efectuadas determinadas reduções de verbas e qual o peso em termos de números dos 3% do IRS no ano de 2009 e 2010, comparativamente com os 5% que deveriam existir.

Rogério Hilário – Disse que o membro Nuno Baltazar tem razão porque ele próprio também já está farto que lhe alterem sistematicamente as regras no meio onde se insere, nomeadamente no profissional. Relativamente ao orçamento considerou ser difícil trabalhar desta forma, porque a Câmara Municipal quando traçou o seu caminho, fê-lo em conformidade com a conjuntura do momento e que ninguém iria pensar que o País chegaria ao ano 2011 no estado em que está. Tivemos quadros comunitários,

hllh
9
1/2011

crescimento económico, modificamos muitas coisas mas chegamos ao final de 2010 muito pior que em 2001. Com o petróleo a 150 dólares pagávamos o gasóleo rigorosamente ao preço que estamos a pagar agora com um preço de 88 dólares o barril. A razão para isso deriva dos impostos que o Governo constantemente nos impõe. Entra aqui a despesa do Estado, já que vamos fechar o ano com 5% de receita a mais por via dos impostos, mas curiosamente o Estado não só não conseguiu reduzir a despesa, como ainda a aumentou. Para resolver isto corta a torto e a direito, nomeadamente nas verbas para as autarquias, que eram parceiros estratégicos e deixaram de o ser. O orçamento da Câmara é de estabilização e infelizmente existem prioridades que não se vão conseguir realizar porque nos cortam os instrumentos que nos podiam ajudar, existindo assim um aumento de impostos e uma diminuição das receitas para os municípios.

Abel Rodrigues – Disse ter ficado a perceber pela intervenção do Membro Rogério Hilário que o PS é o responsável pela crise que abala o mundo, foram os seus tentáculos que provocaram a crise internacional, fizeram falir grandes empresas, o aumento do petróleo, a crise na Grécia, Irlanda, Itália, Bélgica, Espanha e Islândia. Mais a sério disse que esta Câmara Municipal, até 2010 desculpava-se com a pesada herança dos 14 anos de Câmaras do PS, agora mudou o disco e já fala dos 5 ou 6 anos do Governo. Mas devia assumir as suas responsabilidades porque devia ter aceite a proposta de extinção das empresas municipais VIVERFUNDAO e FUNDAOTURISMO, como medida de reduzir custos, despesas e prejuízos para a autarquia. A despesa destas duas empresas poderia ser melhor provada, caso a Câmara Municipal facultasse ao seu partido os documentos solicitados, mas não fornecidos. O único dado é o Balanço anual do qual resulta que as referidas empresas nunca deram qualquer lucro, estão a zero. Disse também que não estávamos a falar da empresa FUNDAOVERDE que representa uma papel social diferente, mas necessita ser repensada ao nível dos seus quadros directivos e respectivas remunerações, ao contrário das outras duas empresas que já devem ter um passivo a rondar os 75 milhões de Euros, reportados ao ano 2008. O próprio ROC recomendou a extinção das mesmas, já que se trata de um sector altamente deficitário, não gera receitas que cubram minimamente as despesas e é suportado inteiramente pela Câmara Municipal e dívida à Banca. Andam a dizer-nos há muito tempo que a marca Fundação está criada e consolidada, mas agora aparecem-nos mais 430.000 € para a criar, perguntando o quê? Reiterou que o único caminho é a extinção daquelas duas empresas.

Carlos São Martinho – Disse tratar-se de um orçamento político, não é o que a Câmara queria apresentar, mas dadas as circunstâncias que o País atravessa é o orçamento possível. Disse que o PS fez aqui uma encenação porque o membro Nuno Baltazar fez um exercício consciente da realidade do País, com o senão de que deveria estar a referir-se à situação do País e não da Câmara Municipal. A situação do Município em muito se deve ao descalabro do PS, 85% dos juros que a Câmara paga são decorrentes desse descalabro a que o PS nos conduziu. A despesa pública do Estado continua a aumentar e só não foi maior porque aconteceu um aumento brutal dos impostos e um saldo positivo na redução de despesas por parte dos municípios. São estes que estão a ajudar o País a que talvez tenha um deficit de 7,3% em 2011. Ao membro Abel Rodrigues disse que a sua tentativa de branqueamento não pega, porque todos os males do País não estão nas empresas municipais e que se fizer uma leitura atenta do documento irá identificar qual o património das mesmas e provavelmente mudará de opinião. Recordou que esta Assembleia aprovou por unanimidade a aquisição da Escola Profissional por parte da empresa VIVERFUNDAO, numa tentativa de remediar mais um erro do Governo PS em termos de Quadro Comunitário, ao não permitir que as rendas das amortizações das

hhl
10
m

aquisições do ensino privado pudessem ser elegíveis nas contas europeias. Essas rendas estão a ser pagas e representam uma boa fonte de receita.

Eduardo Saraiva – Estamos a falar do orçamento possível, na conjectura actual do País e com as dificuldades criadas pelo Governo às autarquias. Tenta agora o PS desresponsabilizar-se do problema, “chutando para canto”, dizendo que a crise é internacional. Lembrou todos os governos constitucionais de que o PS fez parte o que por si só indica de quem são as responsabilidades de tantos anos de governação. Lembrou também que na Assembleia Municipal de Julho/2007 ele próprio trouxe as declarações da Sra. Governadora Civil que considerava o Fundão o concelho com a melhor estratégia do Distrito. Nessa altura perguntou ao PS se concordava ou não com tais afirmações que lhe respondeu que não tinha nada que comentar e que só o faziam se quisessem. Voltou a desafiar o PS a fazê-lo. Lembrou ainda que foi o 13º governo, por sinal do PS que legislou para que houvesse empresas municipais. Ele próprio na altura desafiou o PS do Fundão a interceder junto do seu partido a anularem essa Lei, claro que não o fizeram. Terminou afirmando que o governo está a assumir responsabilidades e encargos que se vão fazer reflectir muito negativamente no nosso futuro e estão a criar enormes dificuldades às autarquias. Citou um provérbio índio que diz “*pedimos a terra emprestada ao nossos filhos*”, pelo que perguntava como será o tempo dos nossos netos com tantos encargos assumidos. Desejou um Bom Natal a todos os presentes.

Pedro Salvado – Começou por afirmar que o Dr. Eduardo Saraiva, depois da resenha histórica de governos do PS, também devia ter dito 2001/2010, com o PSD na Câmara Municipal do Fundão. Falando de responsabilidades, disse que estamos a assistir ao fim dos períodos de carência dos empréstimos efectuados por esta autarquia. Muitos dos empréstimos foram contraídos há mais de 5 anos e estamos a falar de spread’s e taxas de juro negociadas há anos. A política do *pedimos agora e logo se vê quando pagamos* está a dar os seus frutos. Referiu também que outros tantos empréstimos ainda não estão a fazer reflectir os seus juros, uma vez que se encontram ainda em período de carência. Em passivos financeiros já estão contemplados neste orçamento 5 milhões de Euros e quem contraiu estes empréstimos não foi qualquer governo constitucional mas sim a Câmara Municipal do Fundão. Devemos também questionarmo-nos se o investimento feito é sustentável. Pela análise efectuada não é sustentável e na ânsia de encontrar culpados, esta Câmara ainda não percebeu que é necessário arrepiar caminho e parar com este endividamento galopante. A prova disto está na apresentação por parte da Câmara do Fundão de mais propostas de empréstimo e agora com spread’s muito mais insustentáveis. A Câmara continua a optar por malabarismos técnico/contabilísticos em vez de apresentar um orçamento real e de rigor. Exemplificando, afirmou que nas receitas de capital existe uma rubrica denominada “Indemnização”, no valor de 5 milhões de Euros, pelo que gostava de saber do que estamos a falar. Mas se estávamos a falar do diferendo com a empresa Águas do Zêzere e Côa, também devíamos incluir o contrário ou seja o pagamento que é solicitado por aquela empresa, o que até pode vir a concretizar-se, bastando que o entendimento do Tribunal Judicial vá nesse sentido, não dando razão à Câmara Municipal do Fundão. Reiterou que o orçamento deve ser realizado senão vamos orçamentar como receita “O 1º prémio do Euro milhões e cabimentar como despesa mensal o boletim”. Necessitamos de um orçamento que reflecta a situação da Câmara Municipal e de analisar com rigor onde está o desperdício e o despesismo supérfluo. Quanto às empresas municipais é verdade que as mesmas têm património, no entanto gostava que lhe explicassem porque é que têm de ser as

Handwritten signature and the number 11.

empresas municipais a fazer as aquisições e não a Câmara Municipal. Mas ele próprio o diz já que a Câmara o faz para poder fugir aos limites legais de endividamento.

Henrique Dias – Acredita neste orçamento porque o mesmo apela às pessoas em dois sentidos. O primeiro diz claramente aos nossos cidadãos que, apesar dos problemas que o País atravessa, é preciso acreditar na nossa terra e nos investimentos que são necessários. Disse também que os nossos parceiros acreditam que vale a pena apostar no nosso concelho e isso é indesmentível. A responsabilidade do QREN não ter a execução que devia deve-se inteiramente ao governo do PS. Esperávamos por aeroportos e TGV's, como não os conseguimos fazer andámos a abdicar daquilo que é o investimento público nos concelhos de todo o País. Este orçamento apela a que acreditemos e indicia que a Câmara Municipal vai fazer um esforço muito grande, nomeadamente ao nível da educação e da acção social.

Jean Barroca – Disse que é tão importante a valorização dos patrimónios locais, culturais como a valorização das pessoas. Esta Câmara tem desde o seu início uma postura de valorizar o património natural, uma aposta no turismo, nos patrimónios locais, como é o caso da agricultura, através de uma aposta na cereja, no queijo, vinho, azeite. Este trabalho tem resultado numa filosofia diferente comparando com outros concelhos do interior. As pessoas estão a unir-se, a criar iniciativas conjuntas, daí o êxito dos Chocalhos, Cereja, Maúncia, Míscaros. As pessoas consideram o Fundão como mais delas e reconhecem que o investimento efectuado pela Câmara Municipal é para ser multiplicado e tem um efeito mobilizador da economia e de melhoria das condições de vida das pessoas. Esta Câmara Municipal mesmo nos momentos difíceis não desiste delas, da sua estratégia, do seu papel dinamizador e de ser o garante da qualidade de vida do nosso concelho. Este trabalho é moroso e difícil e custa a aceitar por parte daqueles que fazem intervenções deslocadas e afastadas da população, com falta de rigor, qualidade e honestidade. Respondendo a Pedro Salvado disse que, talvez porque nunca tenha tido a necessidade de fazer algum empréstimo, os períodos de carência também pagam juros ao contrário do que quis fazer crer de forma pouco séria. A moagem, a biblioteca, o investimento nas freguesias e todo o trabalho feito no concelho nos último 10 anos, foi conseguido com muito esforço e com muito orgulho.

Vice-Presidente da Câmara – Começou por sugerir à Mesa que dentro do possível e no âmbito da iniciativa “Espírito da Gardunha” se pudesse agendar uma reunião para discutir o Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Centro, já que se trata de um documento que vai pautar a nossa existência em muitos domínios. Quanto ao documento em discussão disse que 2/3 da nossa despesa diz respeito a despesas de capital de investimento, mas existe um quadro de redução nos últimos anos e essa tendência vai continuar em 2011. As receitas correntes têm um valor global de 22.256 milhões de euros e as receitas de capital 41.334 milhões de euros. Quanto ao FEF previa-se uma receita de 11.555 milhões de euros mas vai estar abaixo desse valor já que é cerca de 10 milhões, perdendo-se assim mais 1,5 milhões de euros. O IMT também vai ter uma redução significativa, já que em 2007 foi de 1.451 milhões e em 2010 tem um valor previsível de 727 mil euros. Outro factor que também teve uma grande redução nas receitas da autarquia tem a ver com as licenças de construção. Disse também que os grandes municípios dependem em média menos de 25% das receitas do Estado. Os pequenos municípios dependem em média 75% das receitas do Estado, havendo 1 município que depende 90%. Fazer cortes exactamente iguais para todos os municípios é absolutamente gravoso e vai trazer consequências tremendas, colocando

Handwritten signature and the number 12.

em causa a sustentabilidade futura do poder local e agravando ainda mais as assimetrias. Relativamente às despesas correntes, as despesas de pessoal diminuíram face à redução dos salários e a questões que têm a ver com a nova orgânica. A aquisição de bens e serviços diminuiu 7%. Os encargos financeiros têm a ver com juros e deve haver rigor no que se diz já que nos períodos de carência também se pagam juros. É verdade que os spread's estão a aumentar, tal como o risco do País, principal responsável por esta situação. Em termos de aquisição de água, águas residuais e prestação de serviços de resíduos sólidos estão orçamentados 5.461 milhões, o consumo de energia tem previsto 1.300 milhões de euros. Os encargos com Transportes Escolares e Cartão Social prevêem 1.530 milhões. De despesas correntes temos 8.290 milhões e despesas de pessoal cerca de 6 milhões. As despesas de capital têm previsto 41 milhões de euros de investimento. A Câmara Municipal candidatou 323 milhões de euros que terão uma comparticipação de fundos municipais de 65 milhões, sendo obvio que parte dessa verba está incluída no endividamento. Existe uma falência brutal dos pressupostos da Lei das Finanças Locais e ninguém quer colocar o dedo nessa ferida. Trata-se de uma Lei gravosa para todos os municípios porque veio alterar as regras a meio do jogo e essencialmente encurtar os prazos de pagamento. Em termos de QREN foram apresentadas 118 candidaturas e foram aprovadas obras no valor de 30 milhões, faltando decisão para cerca de 19 milhões de euros. O esforço global da Câmara Municipal será no seu total de 34 milhões, sendo nas candidaturas já aprovadas de 21.150 milhões de euros. Deu ainda conhecimento que existem projectos aprovados a aguardar contrato ou reembolso no valor de 19.075, com uma comparticipação de 13.927 milhões, existindo já uma execução física de 13.041 milhões. Informou que o Programa POLIS 21 termina em Julho de 2011 e dos 34 projectos só 11 têm contrato a 6 meses do final do plano de acção, o que dificulta a vida de quem pretende planear algo. De seguida fez um diagnóstico da acção social do concelho, comparando o ano lectivo 2009/2010, com o actual Assim, informou que em 2009/2010 foram servidas 115 000 refeições, num universo de 1.045 alunos, estando 20% dos mesmos colocados no escalão A e 25% no B. Em 2010/2011 prevê-se que sejam servidas 128.020 refeições, com menos alunos, uma vez que se prevê uma maior procura por parte dos pais deste serviço. Existe um aumento de 9% de alunos que “caíram” nos escalões A e B. Relativamente à loja social teve no ano de 2010 cerca de 720 apoios, realçando o grande apoio prestado por toda a cidade e concelho, ao pedido de colaboração por parte da Câmara Municipal. Por exemplo, por altura do Natal foram distribuídas 3 toneladas de alimentos que foram entregues na loja social pelos alunos do 1º ciclo do nosso concelho. Terminou informando que com diálogo e estabelecendo critérios foi possível acordar com as associações uma redução dos apoios, passando-se de 708.000 € para 399.000 € por ano. A questão levantada pelo membro Luís Lourenço relativa ao IRS para 2011, terá um aumento de 500.000 €.

Não havendo mais intervenções foi o documento colocada a votação tendo sido aprovado por maioria com 37 votos a favor, 7 votos contra dos membros Catarina Gavinhos, Luís Lourenço, Pedro Salvado, Nuno Baltazar, Bruno Ramos, Berta Oliveira e Helga Capelo e 2 abstenções dos Senhores José Melchior e Francisco Gonçalves.

2.3– Apreciação e votação de proposta da Câmara Municipal de “ Reestruturação dos serviços municipais, nos termos do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de Outubro”

Catarina Gavinhos – Congratulou-se com a reestruturação pretendida, considerando a actual de labiríntica, não percebendo como se pode funcionar desta forma. Perguntou

hll-5
13
verde

quem elaborou a proposta, se existem alguns dados da eficiência económica da mesma, quais os benefícios para a Câmara Municipal. Perguntou também se os trabalhadores foram ouvidos e se está prevista a extinção de algum posto de trabalho.

Vice-Presidente – Ficou contente com o comentário de que existe uma melhoria no modelo em discussão. O quadro de chefias desta Câmara Municipal custava 500.000 €, com as alterações, vão existir ganhos de eficiência e mais responsabilidade directa, custando 345.000 €. Não estão previstos despedimentos embora existam 23 funcionários que poderão passar para a empresa concessionária de água, se chegarem a acordo com a mesma. Disse também que nenhum membro do Município no Conselho de Administração das empresas municipais recebe senhas de presença ou qualquer remuneração. A empresa Fundão/Verde sofreu alterações na sua estrutura orgânica e foi criada uma equipa multidisciplinar ligada aos serviços de manutenção.

Colocado o documento a votação foi o mesmo aprovado por maioria com 45 votos a favor e 1 abstenção da Membro Helga Capelo.

2.4 –.Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Adjudicação de um empréstimo a curto prazo para o ano de 2011”

Luís Lourenço – Deu conta que nos documentos previsionais, ponto nº 5, aparece mencionada a autorização para a contracção de um empréstimo a curto prazo no valor de 1.600 milhões de Euros, perguntando se estávamos a falar do empréstimo que estávamos a discutir neste ponto da ordem de trabalhos. Disse ainda que como votou contra os documentos previsionais, por uma questão de coerência também iria votar contra este empréstimo. Disse também que antigamente com os pedidos de empréstimo vinha à Assembleia informação dando conta da capacidade de endividamento, da situação global da dívida do município, amortizações e agora não, porquê? O aumento de juros de 2010 para o próximo não é de 70% mas sim de 179%, já que pelos documentos que possui, nos estamos a esquecer da rubrica Outros Juros que eram de 300 € e este ano são de 1.454.000 €.

Pedro Salvado – Estes empréstimos costumavam vir à Assembleia Municipal com a denominação “Até ao valor ...” e este ano aparece só o valor, pelo que perguntava se existia alguma diferença ou se estamos a falar do mesmo tipo de empréstimo.

Nuno Baltazar Mendes – Perguntou se empréstimos como este, relativos aos anos anteriores foram ou não amortizados nos anos civis respectivos. Perguntou também qual é na realidade a subida de juros para o ano de 2011.

Carlos São Martinho – Informou que este empréstimo costumava vir incluído nos documentos previsionais e era automaticamente aprovado com a aprovação daqueles documentos. É obvio também que estamos a falar de um empréstimo de 1 ano, que este vai expirar antes do início de 2012 e terá de estar totalmente liquidado antes desse período, por outro lado os mapas de endividamento e todas as informações complementares constam sempre das contas de gerência e virão no mês de Abril à Assembleia Municipal. A Câmara Municipal tem de recorrer a empréstimos para poder pagar a sua parte nas obras a que concorre nos diversos programas comunitários e que é normal que as bancadas do PS e CDU votem contra porque têm sempre a mesma opinião. O PSD vai votar a favor.

Vice-Presidente – Disse que estamos a tratar de um empréstimo de curto prazo com uma indexação legal que deverá estar liquidado obrigatoriamente em 31/12/2011. Os encargos financeiros globais são de 2.561.889 milhões de euros, enquanto que em 2010 foram de 1.431.800 €.

Colocado o documento a votação foi o mesmo aprovado por maioria com 34 votos a favor e 7 votos contra dos membros Catarina Gavinhos, Luís Lourenço, Pedro Salvado Bruno Ramos, Berta Oliveira e Helga Capelo.

2.5– Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Adjudicação de um empréstimo para o auto-financiamento das obras aprovadas do POVT – Programa Operacional de Valorização do Território”

Pedro Salvado – Disse que o PS concorda com este empréstimo, considerando que é o tipo de investimento que deve ser feito na melhoria da qualidade de vida das pessoas. No entanto perguntou quais as obras já efectuadas que também vão agora ser pagas com este empréstimo e quais as que vão ser realizadas. Perguntou se é possível receber verbas relativas a obras já executadas já que o regulamento do POVT diz precisamente o contrário. Perguntou também qual é o prazo em que as obras têm de estar terminadas já que o POVT diz Dezembro de 2001 e a Câmara Municipal fala em 2013. Perguntou ainda se o Saneamento da freguesia de Enxames está contemplado, já que sempre foi considerado como economicamente inviável e se no caso de alguma obra não ser feita isso implica que a verba correspondente da responsabilidade da Câmara Municipal para essa obra é devolvida ou continua ao dispor do município.

Luís Lourenço – Reconheceu ter cometido um erro na intervenção anterior já que o aumento nos juros para o ano de 2011 é mesmo de 80%, uma vez que o que estava a verificar estava errado, pedindo desculpa por isso. Lamentou também o comentário do membro Carlos São Martinho já que sempre disse o que pensa e não pensa pela cabeça de ninguém. Não pode é discutir determinados assuntos porque não tem na Câmara Municipal nenhum vereador, tal como o interlocutor anterior, que lhe forneça outro tipo de documentação e elementos. Perguntou quais as obras a que se refere este documento.

Vice-Presidente – Há dois conceitos distintos, o da elegibilidade das despesas e o do período de duração da acção, que parecem contraditórios mas são compatíveis. O primeiro começou em 2007 e termina em 2013, o segundo vai até Dezembro de 2011. A questão do saneamento dos Enxames é muito complexa, pois há 700.000 € de obra aprovada, mas vários multi-sistemas autónomos complicam muito a obra. A solução pode obrigar a alguma reprogramação, mas o POVT também conhece o problema e é sensível a certas situações. Os valores dos investimentos dos empréstimos de longo prazo são conexos com a componente investimento. Se a Câmara Municipal não gastar o dinheiro em qualquer acção, o Tribunal de Contas pode obrigar a devolvê-lo.

Colocado o documento a votação foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Handwritten signature and the number 15.

2.6 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Participação de 5% no IRS dos Sujeitos Passivos com domínio fiscal na circunscrição territorial do Fundão”.

Catarina Gavinhos – Considerou este documento quase igual ao do ano anterior, excepto na parte em que fala do desenvolvimento do futuro deste ano que não será como o do ano passado, face ao aumento do imposto. Perguntou qual o motivo para a alteração de planos em relação a este imposto. Parece-lhe que estão a fazer como o Governo que fez cortes brutais para os municípios e agora estes fazem o mesmo à população, com o aumento de impostos.

Berta Oliveira – Considerou errado que a Câmara Municipal em tempo de crise, de dificuldades cada vez maiores, venha propor a majoração máxima do IRS. Diz que tem preocupações sociais, considera-as mesmo uma prioridade mas depois vem com estas medidas aplicando mais encargos aos municípios, pelo que o PS vai votar contra.

Henrique Dias – Começou por afirmar que fica mal à Dra. Berta Oliveira dizer algumas coisas, porque conhece bem o trabalho que a Câmara faz na área social. A autarquia sempre fez um enorme esforço com a taxa a 3%, agora com o aumento das dificuldades propõe também o seu aumento, para poder continuar a cumprir as suas obrigações em prol do desenvolvimento da nossa terra.

Rogério Hilário – Foi de opinião que a Câmara Municipal não está a aumentar impostos, mas sim a deixar de retribuir uma parte. Trata-se de uma receita que o Estado tem de transferir para as autarquias que podem ou não prescindir dela. Desta vez, devido às dificuldades, não o quiseram fazer.

Luís Lourenço – A grande questão é a de que em termos de estratégia de futuro, devemos pensar qual a que temos actualmente e a que queremos para o futuro. Trabalha na Covilhã e algumas vezes ouviu manifestações de interesse em residir no Fundão porque se pagavam menos impostos, pelo que entende que se deveria manter a estratégia de atractividade de residentes para o concelho do Fundão com a redução do IRS. Andou-se durante 3 anos neste caminho e agora pretende-se voltar para o valor máximo, pelo que considera estar a cometer-se um erro de estratégia, difícil de entender.

Vice-Presidente – Trata-se de uma proposta impopular, mas estamos a falar do IRS e de uma situação em que é a Câmara Municipal que vai abdicar de determinadas verbas. Pode colocar-se a questão se o dinheiro faz mais falta nas mãos da Câmara Municipal que o colocará de forma indirecta ao dispor de quem mais precisa ou noutras mãos. Quem deveria fazer a discriminação positiva, não são as autarquias mas o Estado, uma medida nacional. Estamos a falar de 500.000 € e de uma questão estratégica, optou-se por retirar um pouco a cada cidadão para beneficiar nesta fase um pouco mais as empresas que empregam muita gente e transportam em si o gene do desenvolvimento.

Colocado o documento a votação foi aprovado por maioria com 30 votos a favor, 6 votos contra dos membros Nuno Baltazar, Pedro Salvado, Berta Oliveira, Bruno Ramos, Helga Capelo e Abel Rodrigues e 2 abstenções de Catarina Gavinhos e Luís Lourenço.

2.7 – Apreciação e votação de um proposta da Câmara Municipal de “ Lançamento para o ano de 2011 da derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento do IRC”.

Não houve intervenções pelo que foi colocado o documento a votação e aprovado por maioria com 31 votos a favor e 6 abstenções dos membros Nuno Baltazar, Pedro Salvado, Berta Oliveira, Bruno Ramos, Helga Capelo e Abel Rodrigues

2.8 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal “ Aprovação do Regulamento da Taxa Municipal de Protecção Civil”

Bruno Ramos – Informou que o PS vai votar contra esta proposta porque se trata de mais um imposto, mais uma taxa numa altura de dificuldades. Todo o País tem um discurso de apoio social, mas a Câmara Municipal do Fundão tira da cartola esta medida que até agora era gratuita. Está assim curioso para ver como o PSD vai votar esta proposta, já que quando confrontada com impostos a nível nacional reage mal, critica é contra, agora espera para ver. Ficou também perplexo como é que um vereador que também é responsável pela pasta da juventude, que também tem por objectivo a fixação de jovens no nosso concelho, faça uma proposta em que o objectivo é prejudicar eventuais jovens que aqui se queiram fixar já que será muito mais caro adquirir imóveis na nossa cidade, uma vez que esta taxa incide sobre o IMI. No entanto deixou uma proposta, no caso desta proposta ser aprovada, que no cartão-jovem municipal seja contemplada a isenção deste imposto. Terminou desejando um Bom Natal.

Nuno Miguel Henriques – Não devemos pôr em causa a seriedade política seja de que bancada for, exige-se respeito mútuo. Esta taxa até pode ser positiva para os jovens, desde que as verbas que daí resultem seja aplicadas em seu benefício e tenhamos uma protecção civil clara, precisa e organizada de forma a acudir aos problemas que a qualquer momento possam surgir. É importante que se sensibilizem as populações a segurar os seus bens, porque infelizmente muitas não têm os seguros obrigatórios por Lei. O futuro tem de se prevenir, esta taxa represente um valor pequeno comparando com os benefícios a toda a população.

Rogério Hilário – Disse que existe uma grande diferença entre um imposto e uma taxa, já que a taxa tem implícita a prestação de um serviço. A Câmara Municipal pretende reforçar e melhorar o serviço concelhio de protecção civil. Poderá haver um aumento do esforço financeiro dos proprietários de imóveis e de actividades de risco elevado, como gasolinehas ou pirotecnias. Estamos a falar de um valor médio de 5 €, embora existam pessoas que vão pagar mais que isso porque possuem imóveis de maior valor. Se os jovens adquirirem casa própria, durante alguns anos estão isentos do pagamento do IMI e conseqüentemente não vão pagar esta taxa. Estamos a dotar a Câmara municipal de autonomia financeira e os serviços de protecção civil com meios para que possam exercer melhor as suas funções, daqui a algum tempo faremos o balanço disso.

Catarina Gavinhos – Disse que o grande problema desta taxa é que se trata realmente de um imposto, porque vai servir não para pagar um serviço mas uma função do Estado, que deixou de pagar a protecção civil deste País, empurrando grande parte do investimento para as autarquias. Agora o PS e PSD vão mais uma vez discutir de que é a responsabilidade deste facto, mas para a discussão isso pouco interessa. Por outro lado o serviço de protecção civil é prestado a todos os cidadãos e não só aos proprietários de

Hilly
17
Vente

imóveis, como é óbvio. Espera que esta decisão venha a ser declarada inconstitucional e que os municípios digam não ao Governo porque se trata de uma função de responsabilidade estatal. A finalizar deixou uma sugestão, considerando que se poderiam actualizar os valores do IMI para assim conseguir mais receitas.

Nuno Baltazar Mendes – Informou que o PSD votou contra esta proposta na Câmara Municipal de Lisboa e que vai requerer a inconstitucionalidade da mesma. É óbvio que aqui não existe nenhum serviço mas de uma taxa acoplada a um imposto, o IMI e mesmo quem esteja isento do IMI vai ter de pagar 5 €. De seguida perguntou o seguinte: O serviço de bombeiros e protecção civil não era já prestado neste concelho? O plano de emergência municipal não existia já neste concelho? A prevenção e a reacção a acidentes graves não existiam já neste concelho? A promoção de acções no âmbito da protecção civil não se fazia já neste concelho? É óbvio que tudo isto já existia, temos de ser rigorosos e não estar permanentemente a camuflar as questões. Estamos a criar um novo imposto pelo que é pena este ponto não ter sido o primeiro a ser discutido nesta sessão porque gostava de ver quantos intervenções, nomeadamente por parte do PSD, seriam feitas como o foram. É claro para si que algumas afirmações proferidas antes da discussão deste assunto, não poderiam ter acontecido posteriormente. Trata-se de uma proposta com uma incoerência gritante já que não existe nenhuma Lei que obrigue os contribuintes a pagar este novo imposto. Se fosse o Governo a criá-la era considerado um ataque ao poder local, como se trata de uma proposta da autarquia já não se considera nada disso. A coerência tem de nos levar até às últimas consequências, pelo que desafiava todos os membros da Assembleia a votar contra.

Nuno Miguel Henriques – Deu conhecimento que existe a secretaria de estado da protecção civil que tem por missão apoiar todos os serviços locais de protecção civil. Relativamente à proposta trata-se de um custo mas que traz um benefício para os municípios. Trata-se no entanto de um serviço cuja acção e gastos devem ser fiscalizados por todos os membros da Assembleia Municipal. A Câmara do Fundão de certeza estará disposta a apreciar os contributos de todos para melhorar esta proposta e tal como o PS na Câmara de Lisboa a sua finalidade é melhorar os serviços ao dispor das populações.

Eduardo Saraiva – Reconheceu no Membro Nuno Baltazar capacidades de intervenção e apresentação do problema à sua maneira, apelando ao coração e falando em coerência. Deveria ter dito que a coerência está nas Câmaras Municipais deste País porque “casa roubada, trancas na porta”, ou seja, como se sentiram roubados tentam conseguir alguns euros para o serviço de protecção civil. Estão a ser coerentes com as dificuldades.

Vice-Presidente – Informou que estamos a falar de um figurino da autoria do governo da nação, que teve por parte desta Câmara Municipal uma consulta à ANMP da qual resultou um parecer favorável. Até prova em contrario, alguma consistência jurídica existe por detrás desta proposta. Em termos financeiros, estamos numa época de tremendas dificuldades e os bombeiros voluntários também sofrem com isso já que outros apoios também são do Estado. Estamos a falar de uma verba de 100.000 € para este município e vai servir para financiar o trabalho da protecção civil ao longo do ano e não só em situações de emergência, exemplificando que fazem a manutenção e limpeza de caminhos e valetas, ao longo do ano. Deu também conhecimento que os serviços distritais de protecção civil já cobram valores quando solicitados determinados serviços ou vistorias. Acoplou-se ao IMI porque é aqui que a protecção tem forte peso, já que se trata de imóveis. Do ponto de vista da equidade e da coesão social, as restrições a quem

paga IMI, fazem com que a camada não proprietária ou com valores baixos não vá ser afectada pelo pagamento deste valor médio de 10 €/ano por contribuintes. Os jovens ao adquirirem uma casa estão isentos do pagamento do IMI durante 8 anos. Exemplificou ainda que uma pessoa que tenha adquirido um imóvel, valorizado em 150.000 €, irá pagar uma taxa de 15 €/ano. Finalmente disse preferir saber onde é que os seus impostos/taxas vão ser aplicados. São modelos de participação já que ao criar-se esta taxa, está-se a associá-la a um conjunto de intervenções que deve ser avaliada por todos. Deixou o compromisso de comprovar em termos de Conta de Gerência de forma mais específica como foram gastas as verbas destinadas ao serviço de protecção civil.

Colocado o documento a votação foi o documento aprovado por maioria com 26 votos a favor, 9 votos contra de Nuno Baltazar, Pedro Salvado, Berta Oliveira, Bruno Ramos, Helga Capelo, Abel Rodrigues, Francisco Gonçalves, Luís Lourenço e Catarina Gavinhos e 3 abstenções dos Senhores Henrique Dias, José Duarte Gonçalves, José Joaquim Mota.

2.9 - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, para a “Constituição do Conselho Municipal de Educação”, em representação das freguesias do concelho do Fundão.

Deu entrada na Mesa uma proposta do PSD, indicando o membro João António Boléu como candidato a representar as freguesias no conselho municipal de educação

Efectuada a votação por escrutínio secreto foi eleito o Senhor João Manuel Lopes Boléu por maioria com 24 votos a favor, 6 votos contra e 11 em branco.

2.10 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Constituição do Conselho Municipal de Educação”.

Catarina Gavinhos – Perguntou como é que os nomes dos representantes dos docentes chegaram a esta proposta porque a Lei obriga a que os mesmos sejam eleitos. Perguntou também o que levou a escolher esta IPSS e não outra, qual o critério para a sua escolha.

Vice-Presidente – Informou que a metodologia utilizada foi o aproveitamento da rede social e foram convocadas reuniões para para escolher a entidade dentro desse âmbito. Em relação ao escrutínio dos professores não tem uma resposta concreta, mas pensa que a metodologia utilizada foi a de, em sede de agrupamentos, efectuarem essa escolha.

Luís Lourenço – Disse que deviam trazer uma informação mais concreta da forma de escolha dos representantes dos professores porque a Lei diz que são eleitos pelos docentes do respectivo grau de ensino e neste caso parece que não foram.

Presidente da Mesa – Disse que a responsabilidade da Assembleia Municipal é deliberar sobre uma proposta apresentada pela Câmara e que é da responsabilidade desta verificar a boa fundamentação da proposta apresentada à luz da Lei.

Vice-Presidente – Reiterou, após contacto telefónico com a Sra. Vereadora do pelouro que a metodologia da eleição foi chamar todos os directores das escolas para tratar deste assunto e que em termos de eleição dos professores não tem mais elementos, mas que colocar esse ónus de decisão e os princípios que estão no conselho municipal, através

das escolas, lhe parece ser o melhor método e que vai ao encontro da representatividade prevista. O mesmo foi seguido e aceite por todas as escolas e é isso que aqui aparece.

Catarina Gavinhos – Disse que o que estamos a falar não são representantes das escolas mas dos docentes e é claro que não podiam ser as escolas a indicá-los.

Bruno Ramos – Não tem nada contra a lista apresentada, mas tem dúvidas quanto à forma como se fez a eleição dos representantes dos diferentes graus de ensino, pelo que não pode votar a favor de uma proposta que vá contra a Lei, pelo que o PS se absterá.

Colocado o documento a votação foi o mesmo aprovado com 34 votos a favor, 2 votos contra de Luís Lourenço e Catarina Gavinhos e 5 abstenções de Esmeralda Luzia, Bruno Ramos, Berta Oliveira, Helga Capelo e José António Melchior.

2.11 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação do Regulamento Municipal de Espaços Verdes do Concelho do Fundão”.

Abel Rodrigues – Aproveitou para desejar a todos um Bom Natal e um melhor ano de 2011. Lamentou que na última sessão da Assembleia municipal tenho vindo apenas um ponto a discussão e esta tenha onze, o que diz alguma coisa da forma como são planeadas as reuniões. Quanto o regulamento dos espaços verdes, o PS vai votar a favor, mas perguntou do que estávamos a falar, de que espaços verdes. Seria do Parque das Tílias que esta Câmara destruiu ou do seu alargamento, diversas vezes prometido e nada feito? Ou estamos a falar do espaço junto às piscinas municipais cobertas, cuja conclusão foi prometida para o Verão de 2010? Ou estamos a falar do famigerado parque verde da cidade desde as piscinas municipais cobertas até ao pavilhão gimnodesportivo, prometido desde 2001? Ou dos espaço verde criado no Largo da Igreja, Praça Velha, Centro Cívico? Ou estamos a falar dos espaços verdes criados nas zonas urbanizadas existentes na cidade e no concelho? Estamos de certeza a falar dos espaços verdes de cimento e de calçada. Espera no entanto que este seja um primeiro passo para que o próximo regulamento de edificações urbanas seja alterado de modo a aumentar a área de espaços verdes nas operações de loteamento a efectuar.

Nuno Miguel Henriques – Disse que após a aprovação do Conselho Municipal de Educação espera que brevemente aqui venha também para aprovação, o Conselho Municipal de Cultura. Relativamente a este regulamento disse que o mesmo deve partir de todos a consciencialização através da cidadania, do que representam os espaços verdes. O denominado mecenato ambiental poderá ser solução para que determinados jardins sejam tratados, sustentados ou mantidos por determinadas instituições, empresas ou condomínios, fazendo até concorrência entre si.

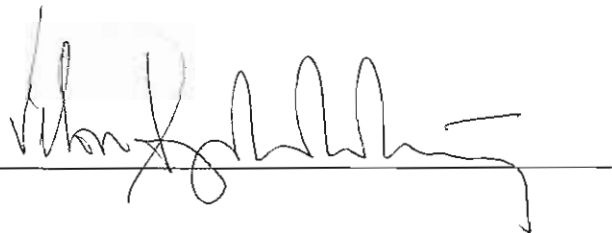
Luís Lourenço – Considera errado proibir-se explicitamente pisar os espaços verdes, Espera que exista alguma complacência neste aspecto, não deve ser levado demasiado à letra, porque não é esse, efectivamente, o problema dos espaços verdes.

Colocado o documento a votação foi o mesmo aprovado por unanimidade.



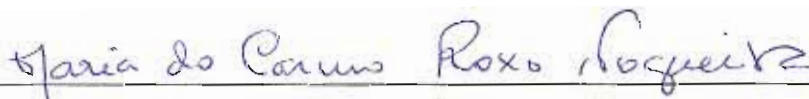
Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa perguntou ao público presente se alguém pretendia intervir. Não sendo o caso, deu como encerrados os trabalhos da Assembleia Municipal pelas 21.30 horas. Da sessão se exarou a presente acta que vai ser assinada por todos os Membros da Mesa da Assembleia.

Presidente da Assembleia Municipal



1º Secretário

2º Secretário



Handwritten signature and the number 21.

VOTAÇÃO DAS MOCÇÕES E DAS PROPOSTAS

2.2 – Apreciação e votação dos “Documentos Previsionais para o ano de 2011” –
Aprovada por maioria com 37 votos a favor, 7 contra e 2 abstenções

2.3– Apreciação e votação de proposta da Câmara Municipal de “ Reestruturação dos serviços municipais, nos termos do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de Outubro”
– Aprovado por maioria com 45 votos a favor e 1 abstenção

2.4 –Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Adjudicação de um empréstimo a curto prazo para o ano de 2011” – Aprovado por maioria com 34 votos a favor e 7 votos contra

2.5– Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Adjudicação de um empréstimo para o auto-financiamento das obras aprovadas do POVT – Programa Operacional de Valorização do Território” – Aprovado por unanimidade

2.6 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “ Participação de 5% no IRS dos Sujeitos Passivos com domínio fiscal na circunscrição territorial do Fundão” – Aprovado por maioria com 30 votos a favor, 6 votos contra e 2 abstenções

2.7 – Apreciação e votação de um proposta da Câmara Municipal de “ Lançamento para o ano de 2011 da derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento do IRC” – Aprovado por maioria com 31 votos a favor e 6 abstenções

2.8 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal “ Aprovação do Regulamento da Taxa Municipal de Protecção Civil” – Aprovado por maioria com 26 votos a favor, 9 votos contra e 3 abstenções

2.9 - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, para a “Constituição do Conselho Municipal de Educação”, em representação das freguesias do concelho do Fundão – Eleito o Membro João Boléu com 24 votos SIM, 6 votos NÃO e 11 votos em BRANCO

2.10 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “ Constituição do Conselho Municipal de Educação” – Aprovado com 34 votos a favor, 2 votos contra e 5 abstenções

2.11 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “ Aprovação do Regulamento Municipal de Espaços Verdes do Concelho do Fundão” – Aprovado por unanimidade

PSD

Recomendação

ANEXO 1

*Apurada
João Manuel Costa
21.12.10*

António Roque, eleito Presidente da Junta de Freguesia de Bogas de Baixo deixou o Concelho do Fundão mais pobre.

Era um homem íntegro, com uma responsabilidade cívica e moral acima da média. O Fundão, Bogas de Baixo e o Poder Local devem-lhe muito pela forma como serviu com espírito total de abnegação e entrega o concelho e a freguesia para que foi eleito.

Entendemos que é justo, e à semelhança do cuidado que esta Câmara tem feito com outros autarcas, que o Município, no dia em que celebra a sua fundação – no próximo dia 9 de Junho – possa distinguir, a título póstumo, o Senhor António Roque com a medalha de mérito municipal.

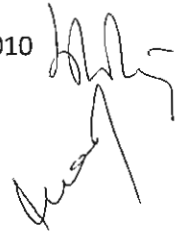
Pois a Medalha de Mérito Municipal destina-se a distinguir todos aqueles que se tenham notabilizado no domínio das suas actividades ou funções, e cujo mérito, publicamente reconhecido e registado tenha reflexo efectivo no concelho do Fundão, pelas obras ou acções desenvolvidas nos campos social, económico, cultural, desportivo, cívico, humanitário, artístico, científico ou político; Como é o caso.

Fica a recomendação.

21 de Dezembro de 2010

A bancada do PSD

21 de Dezembro de 2010



Assembleia Municipal do Fundão
Grupo da CDU

Ex.mo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara

Ex.mos Srs. Membros da Assembleia Municipal

Ex.mos Srs. Membros da Comunicação Social

Ex.mos Senhoras e Senhores

Aquilo que gostaria de hoje fazer era apenas ,e integrado no espírito festivo da época, desejar a todos *um feliz Natal e um Bom ano de 2011*. Porém, como todos sabemos, um bom ano de 2011 não iremos ter, e, apesar da época festiva há largos problemas que nos afligem enquanto cidadãos responsáveis e eleitos neste órgão deliberativo que não podemos, não devemos, esquecer.

Como é óbvio não chegaria todo o tempo desta Assembleia, e muito menos os poucos minutos que reservaram à CDU neste PAOD, para aqui trazer sequer os principais problemas que nos afligem. E que esta crise, mal explicada e não resolvida apenas amplifica.

É fácil constatar, basta estar atento às notícias menores que perpassam pelo alarido informativo da inevitabilidade da crise e das suas consequências, que a dita (crise), de facto não é para todos. Portugal é cada vez mais um País desigual. O pequeno grupo, dos que têm muito, têm cada vez mais e o número daqueles que estão nos limiares da pobreza aumenta a cada dia.

Diria o bom senso que, com uma mínima contribuição desses muito poucos que têm muito se conseguiria bastante para resolver a crise. Porém o que nos propõem é sacrificar, muito, os muitos que têm pouco e mesmo assim não conseguir o suficiente. São os anacronismos das soluções impostas pelo grande capital, nomeadamente o financeiro, que bem lucra com os problemas financeiros dos povos e dos países (veja-se as taxas de juro usurárias que nos impõem)

A pobreza em Portugal assume contornos a que há muito já não estávamos habituados. Há cidadãos e famílias que apesar de trabalharem e receberem o seu salário, este não é suficiente

I
Handwritten signature

para fazer face às exigências de condições de sobrevivência com o mínimo de dignidade. Estão entre estes, aqueles que recebem o salário mínimo nacional. Pois, apesar de acordos há muito firmados, patrões com a complacência do governo procuram agora fugir ao que assumiram.

Não sei ao certo qual é a dimensão desta realidade no Concelho do Fundão, mas grande ou pequena, é algo que não pode deixar de interessar a esta Assembleia. Por isso proponho a esta Assembleia a aprovação de uma Moção que defende e exige o cumprimento de compromissos assumidos nesta área.

Um outro assunto que não pode deixar de nos interpelar, e que diz respeito muito mais especificamente ao concelho do Fundão, é a situação da empresa Águas do Alardo que emprega cerca de 30 trabalhadores. Em Janeiro de 2010 a empresa Águas do Alardo foi adquirida por um novo proprietário, a Mineral Power Unipessoal, Lda., de Silvino Dias Ruivo, ao empresário Sousa Cintra.

Desde o dia 13 de Setembro que a empresa está parada, sem electricidade (foi cortada pela segunda vez pela EDP) e comunicações, todavia os trabalhadores comparecem diariamente na fábrica e cumprem o horário de trabalho. Os trabalhadores aguardam o pagamento de salários desde mês de Outubro e 25% do subsídio de férias. Nesta situação, a entidade patronal não estabeleceu diálogo com os representantes dos trabalhadores para esclarecer sobre a situação da empresa. Como é óbvio os trabalhadores estão preocupados e nós também.

Os trabalhadores dirigiram-se à AR mas, que eu saiba, apenas foram recebidos pelo grupo do PCP que colocou um conjunto de questões aos ministérios da Economia e do Trabalho ainda sem resposta.

Sabemos que a dois de Dezembro se realizou uma reunião no Ministério da Economia com representantes dos trabalhadores mas, ^{em} qualquer resultado particularmente porque o Sr. Silvino não compareceu e se recusou a falar com o IAPMEI.

Sabemos que este é um assunto que escapa à intervenção directa da autarquia, porém a Câmara Municipal não pode deixar de se preocupar e interessar pelo que se passa. Quanto mais não fosse porque houve investimento público significativo e que beneficiou fundamentalmente a empresa em causa.

Sr. Presidente, sabemos que, em AM anterior, nos prestou alguns esclarecimentos, mas os problemas continuam em aberto.

Em que pé é que estamos qual ou quais os resultados das diligências da Câmara e quais as perspectivas futuras.

Apesar do que disse no início, aqui ficam para todos os membros desta Assembleia, e através dela, para toda a população do Fundão, os nossos votos de um *FELIZ NATAL*

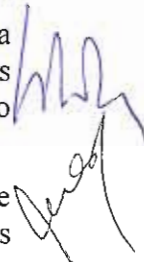
Fundão 21 de Dezembro de 2010

MOCÃO

Honrar compromissos: 500€ a partir de Janeiro para o SMN

30 de dezembro
9 de dezembro

Apurada
21.12.10



Considerando que:

1 - O valor dos salários, e portanto o do salário mínimo nacional (SMN), é um factor decisivo para uma justa distribuição da riqueza, fundamental para melhorar o poder de compra das famílias mais carenciadas e é um elemento decisivo para a recuperação e dinamização do nosso mercado interno contribuindo, assim, para o crescimento do país;

2 - O SMN continua a ser o valor remuneratório de referência para centenas de milhares de trabalhadores no nosso país e que o seu valor continua a ser muito baixo, dos mais baixos dos países da União Europeia (na Zona Euro, em 2010 é mesmo o mais baixo);

3 - O aumento do SMN de 475 para 500 euros implica apenas mais 82 cêntimos por dia representando um acréscimo de 0,6% nos custos salariais, algo pouco mais que insignificante quando comparado com as dificuldades no acesso ao crédito bancário e com os altíssimos preços da energia, dos combustíveis, dos transportes e telecomunicações;

4 - Se o SMN (criado em 1974) tivesse acompanhado a inflação verificada, o seu valor seria agora de 545€.

5 - Ao inverso, não param de crescer os lucros dos grandes grupos económicos: os bancos registaram lucros superiores a 4 milhões de euros por dia; as 100 maiores fortunas possuem 20% da riqueza nacional; os presidentes executivos de 17 empresas cotadas em bolsa recebem, em média, mais de um milhão de euros por ano e algumas decidem até antecipar a distribuição de dividendos para não pagarem impostos;

6 - Em Dezembro de 2006 foi subscrito entre entidades patronais, sindicatos e governo um importante Acordo sobre a Fixação e Evolução do Remuneração Mensal Mínima Garantida, onde se garante que o SMN atingirá o valor de 500 € em 1 de Janeiro de 2011 e que em Setembro de 2010 foi aprovada na Assembleia da República uma resolução que recomenda o cumprimento desta meta;

7 - É urgente que se distribua melhor a riqueza produzida para assim promover uma sociedade mais justa que permita, de uma forma sustentada, combater a pobreza e valorizar o trabalho e os trabalhadores;

A Assembleia Municipal do Fundão, reunida a 21 de Dezembro de 2010, exige ao Governo que mantenha o calendário previsto para o aumento do salário mínimo nacional, estabelecendo o seu valor em 500 euros em 1 de Janeiro de 2011.

Fundão, 21 de Dezembro de 2010

Os eleitos da CDU

Paulina M. Q. M. V. Guimarães
Luís Lourenço

Enviar a:

Presidente da República

Presidente da Assembleia da República

Presidentes dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República

Primeiro Ministro

Ministro das Finanças

Presidente do Conselho Económico e Social



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ajuda

MOÇÃO

Suspensão de Ajudas de Custo, Despesas de Representação e Despesas de Deslocação

4 votos favor
37 votos contra
3 abstenções

21.12.10
[Handwritten signature]

Considerando a actual situação de crise económico-financeira e social, quer nacional quer municipal;

Considerando que esta é uma Assembleia Municipal que se propõe ser "Solidária";

Considerando que todos os membros eleitos a esta Assembleia Municipal, quando o foram sabiam que a sua eleição implicaria que a sua actividade política teria de ser exercida neste concelho;

O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a partir desta Assembleia Municipal fique suspenso o pagamento de ajudas de custo, despesas de representação e despesas de deslocação a todos os membros desta Assembleia e que o montante em causa reverta em favor das diversas instituições de solidariedade social existentes neste concelho.

+13-17-3-114
[Handwritten signature]

Abel

[Handwritten signature]

Bella

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Paulo Almeida

Luís

PSD

*38 votos a favor
3 abstenções*

James

MOÇÃO CONTRA O FIM DOS APOIOS AO ENSINO PRIVADO

21.12.10

[Handwritten signature]

M. Nunes

Considerando que,

Em 04 de Novembro último foi aprovado em Conselho de Ministros o Decreto Lei que visa criar as condições para a renegociação dos contratos entre o Ministério da Educação e as Escolas Particulares com Contrato de Associação, em nome do esforço nacional de equilíbrio das contas públicas;

De acordo com o novo diploma aprovado, ficarão estes contratos sujeitos a uma renovação anual, contrariando o princípio da estabilidade essencial ao sucesso dos projectos educativos que estas escolas promovem.

Esta situação, aliada ao facto de o orçamento de Estado para 2011 prever cortes acima dos 20% para o funcionamento destas escolas, portanto superiores à média dos cortes do Ministério da Educação evidencia o sério risco a que fica sujeito o sistema de ensino que durante 30 anos o Estado reconheceu como aliado para garantir a escola pública para todos e que agora, em nome da diminuição da despesa pública e com o argumento de que a oferta da rede pública de ensino cresceu significativamente nos últimos anos, este Governo se prepara para desprezar;

Muitas destas escolas nasceram há cerca de 3 décadas para dar resposta à oferta insuficiente da rede pública de estabelecimentos de ensino e deram provas, ao longo destes trinta anos, da qualidade do serviço público prestado, quer através dos resultados das avaliações a que foram sujeitos os seus alunos, quer pela excelência dos seus projectos educativos reconhecido pelas comunidades educativas em que se inserem, com particular relevância para os pais e encarregados de educação dos seus alunos.

Alcançar este desiderato implicou um significativo esforço público muito investimento por parte das instituições promotoras do Ensino Particular e Cooperativo em infra-estruturas e equipamentos, na estabilização de corpo docente, na criação de muitos postos de trabalho, na garantia de um serviço de proximidade á população e transformou estas escolas num potencial de enorme relevância para o desenvolvimento dos territórios onde se integram, amplamente reconhecido pelas autarquias e pelas comunidades locais.

Desta forma e considerando ainda que:

- estes estabelecimentos de ensino, para além de reconhecidos como a resposta mais adequada ao desenvolvimento socioeducativo dos alunos que o frequentam, representam um património local que está seriamente ameaçado de desaproveitamento;
- de acordo com os dados tornados públicos o custo aluno/ano é comparativamente mais baixo nestas escolas do que em escolas da rede pública, podendo a sua manutenção representar uma significativa poupança para o Estado;

[Vertical list of handwritten signatures and initials on the right margin]

[Handwritten mark]

- importa continuar a garantir a estabilidade destas escolas, dos seus alunos e respectivas famílias, em prole do sucesso educativo e do direito á multiplicidade de escolhas no acesso á Educação, que a democracia nos confere;

A Assembleia Municipal do Fundão vem opor-se e rejeitar a intenção do Governo, cortar o apoio às escolas privadas que, substituem nalguns casos a escola pública;

Mais delibera que o teor desta moção seja dado conhecimento ao Senhor Presidente da República para superior intervenção, Senhor Primeiro-Ministro e Senhora Ministra da Educação.

21 de Dezembro de 2010

A Bancada do PSD

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Josefite Duarte Freitas

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Liliane Reis
Jurdes de Jesus

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Gilbrigues

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

10 vtr a fund
35 vtr entre
6 abstenção



MOÇÃO

Alteração do Pórtico Fundão Sul/Castelo Novo

Considerando que está em curso a colocação de portagens na A23;

Considerando que as portagens serão cobradas electronicamente por meio de pórticos colocados ao longo da A23;

Considerando que estão previstos para a área do concelho do Fundão dois pórticos, sendo um a colocar na estrema Norte do concelho/nó do Tortosendo e outro a colocar na entrada Fundão Sul/Castelo Novo;

Considerando que a colocação dos dois referidos pórticos criarão dentro da área concelhia do Fundão uma discriminação entre os munícipes que se desloquem da cidade para Sul do concelho, que passarão a pagar portagem e os munícipes que se desloquem da cidade para Norte do concelho que continuarão a estar isentos de pagamento de portagem;

Considerando que a deslocação do pórtico Sul para o nó da Soalheira permitirá criar uma bolsa de isenção para quem se desloque dentro do concelho do Fundão, isentando de pagamento toda a área do concelho e permitindo desta forma uma melhor deslocação, nomeadamente entre a futura área industrial de Soalheira e a zona industrial do Fundão;

Considerando que a deslocação do referido pórtico em nada prejudicará a concessionária ou o plano geral das portagens, dado que quem apenas atravessasse o território concelhio e não se movimento apenas dentro dele, continuará a pagar portagens;

O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal diligencie junto das entidades competentes a deslocação do referido pórtico de

12/11/77
Fundão

Fundão Sul/Castelo Novo para o nó da Soalheira, evitando deste modo a divisão do concelho do Fundão em duas zonas, uma com encargos e uma sem.

A presente Moção, depois de aprovada, deverá ser enviada às seguintes entidades:

- Presidência do Conselho de Ministros
- Ministro dos Transportes
- Secretário de Estado dos Transportes
- Estradas de Portugal
- Scutvias

113-11-3-11-C
Fundão
Abel D
B. P. P.
B. P. P.
B. P. P.
B. P. P.
B. P. P.
B. P. P.
B. P. P.
B. P. P.



ANEXO 7

(h) [Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO FUNDÃO

21 de Dezembro de 2010

38 contm. [Handwritten notes]

3 abfeccm [Handwritten notes]

Requerida car
~~PROPOSTA~~

Ajun de [Handwritten notes]

21.12.10 [Handwritten date]

[Handwritten signature]

- Considerando o elevado custo da manutenção automóvel que tanto pesa no orçamento familiar
- Considerando que a condução automóvel exige condições de segurança que, por qualquer forma, não possam prejudicar o acto de conduzir
- Considerando que as leis e disposições que regulam o trânsito devem contemplar a segurança, fluidez e boa regulação do mesmo, sem prejuízo dos interesses justos dos utentes

Propomos

- Requalificação dos pavimentos, nomeadamente na sede do Concelho
- Reposição correcta do pavimento onde foram abertas valas
- Requalificação da EN 18 no troço que liga o cruzamento de Castelo Novo ao Fundão
- Marcação do asfalto com as linhas brancas que ajudam na condução com nevoeiro
- A urgente alteração da circulação automóvel na Rua D. Jorge da Costa, em Alpedrinha, por forma a torná-la mais eficiente e de acordo com a realidade bem patente.

FUNDÃO, 21 DE DEZEMBRO DE 2010

Deputado Municipal do CDS/PP

[Handwritten signature]
Aires Patrício

[Handwritten notes]



33 votos a favor
7 abstenções

quero

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FUNDÃO DE 21 DE DEZEMBRO DE

2010
Recomendação
PROPOSTA

Ajuda
21.12.10
[Signature]

- Considerando as dificuldades, de vária ordem, que o nosso Concelho vive
- Considerando a desertificação, que se acentua
- Considerando que, sendo um Concelho essencialmente agrícola, tal vertente só poderá dar uma resposta adequada às circunstâncias se devidamente redimensionada
- Considerando que, em razão das dificuldades já referidas, o comércio atravessa tempos difíceis
- Considerando fundamental, logo prioritário, dar eficácia aos activos de que dispomos

Propomos

Que adentro de uma política de relançamento turístico do nosso Concelho, de que a região beneficiará, se proceda à construção de um miradouro no sítio denominado Alto da Serra, na Gardunha (EN 18).

Dada a sua situação privilegiada, em breve se constituirá num espaço verdadeiramente apelativo. Será um espaço único, que nos proporcionará desfrutar da panorâmica magnífica que, pela Cova da Beira, nos transporta à imponência da Estrela, em simultâneo com um longo olhar que, repousante, nos leva pela cromática planície até terras de Espanha, ao cabeço de Monsanto e à distante Castelo Branco.

É nossa convicção que a indústria hoteleira e de restauração saberão associar-se ao que, num futuro que acreditamos breve, se revelará como um efectivo pólo de atracção turística.

Fundão, 21 de Dezembro de 2010

Deputado Municipal do CDS/PP

[Signature]
Aires Patrício

Homenagem ao Dr. António Lourenço Marques

No dealbar de um tempo que queremos acreditar que se venha a caracterizar pela retoma de conceitos sem os quais o desenvolvimento, o progresso e a solidariedade não têm lugar, quero propor a esta Câmara que queira tomar a iniciativa de levar a efeito a homenagem pública que corresponda à dimensão humana e técnica do médico Dr. António Lourenço Marques, dimensão sem a qual não teria sido possível a criação, no Hospital da Cova da Beira, no Fundão, da pioneira Unidade da Dor. Hospital que, segundo notícias que nos chegam, atravessa tempos de incerteza.

Aparece

21.12.10

H. M. M.

W. J.

O saber e a dedicação do Dr. António Lourenço Marques jamais se apagarão da memória de toda uma população que, é sabido, guarda no seu profundo reconhecimento a inquestionável solidariedade deste médico, cuja determinação na defesa dos mais desvalidos é um exemplo do que pode ser a grandeza humana.

Médico que sempre exerceu em regime de exclusividade, o Dr. António Lourenço Marques, como é seu timbre, coloca em primeiro lugar o bem comum e, nunca, o seu.

Em nome do CDS, bem como em nome pessoal, proponho a esta Assembleia que sensibilize a Câmara Municipal do Fundão no sentido de tornar possível a homenagem ao médico cujo nome ficará, sem dúvida, sempre ligado ao Hospital da Cova da Beira no Fundão, na certeza de que será uma homenagem a que toda a população saberá emprestar a sua presença e reconhecimento.

Proposta apresentada por:



Aires Patrício --- Deputado Municipal pelo CDS/PP (2010-12-21)



PAOD
Areeva

KALY

ANEXO 10

Assembleia Municipal de Fundão de 21 de Dezembro 2010

Declaração Política

Pela defesa do trabalho efectuado pelo Ensino Particular e Cooperativo O CDS/PP aproveita este momento da Assembleia Municipal de Fundão para colocar em cima da mesa o debate sobre o papel das Instituições de Ensino Particular e Cooperativo na Educação.

O País tem uma longa história no que diz respeito ao ensino não Estatal mas público. O CDS/PP considera que as escolas privadas são também ensino público, acreditamos na autonomia das escolas e na liberdade de escolha das famílias do tipo de ensino que querem para os seus filhos.

Mas no nosso concelho temos uma escola que não sendo do Estado, é da Comunidade, falo do Externato Cap. Santiago de Carvalho que se localiza na freguesia de Alpedrinha. Esta escola nasceu e cresceu numa zona do concelho onde não existia qualquer oferta de ensino propriedade do Estado. Durante anos fez um caminho de crescimento e fortalecimento da Educação nesta zona do concelho.

Mas esta escola tem uma característica única no nosso concelho que é o Contrato de Associação estabelecido com o Ministério da Educação, ou seja, embora sendo uma escola privada, faz a oferta de ensino público.

É unânime o trabalho desenvolvido por esta escola, sendo plasmado nas palavras de apoio que recebem dos pais e encarregados de educação, mas também pelas várias entidades existentes nas freguesias das quais provêm os seus alunos.

Com o Orçamento de Estado para 2011 foi declarado o ataque a este sistema de ensino. O que serviu para colmatar a falta de oferta do Estado durante 30 anos é agora ignorado e atacado com cortes de 20% no orçamento para funcionamento destas escolas. Não é preciso relembrar que cada aluno numa escola com contrato de cooperação fica em cerca de 1000 euros menos oneroso ao Estado do que aquele que anda na escola do Estado.

Mas o mais grave está para vir. Enviou o Conselho de Ministros um Projecto de Decreto de Lei aprovado pelo Governo a 4 de Novembro que altera todos os normativos legais que legitimavam e suportavam juridicamente o ensino não estatal e a sua acção.

Este normativo enviado para a promulgação do Presidente da Republica onde o Ensino Particular e Cooperativo é brutalmente atacado e que poderá levar à extinção de muitas destas escolas, com conseqüente prejuízo aos alunos ás famílias e á comunidade, bem como o desemprego para os professores e funcionários

O Governo pretende assim rescindir os contratos das escolas com contratos de Associação no final deste ano lectivo e de não renovar automaticamente os mesmos que provocará a insegurança e a instabilidade laboral dos professores e funcionários do Ensino Particular e Cooperativo, e a falta de estabilidade do Projecto de Escola e Projecto Educativo da comunidade escolar.

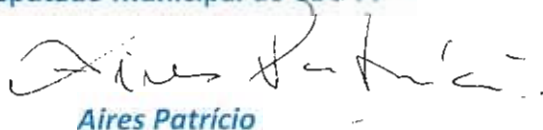
Não podemos aqui deixar de alertar todas as forças politicas para este cenário que nos se apresenta. É demasiado grave para o nosso concelho, pois além de uma escola com o prestígio que tem o Externato Cap. Santiago de Carvalho, é toda uma dinâmica cultural e económica, criada na freguesia de Alpedrinha e vizinhas, que se vai perder.

Este foi apenas um ponto que quisemos acrescentar a esta Assembleia Municipal, e deixamos aqui o compromisso de que através dos nossos Deputados na Assembleia da República, iremos bater-nos pela não entrada em vigor do malfadado Decreto-Lei, pedindo desde logo a sua Apreciação Parlamentar.

A qualidade de ensino e as populações de Alpedrinha e freguesias vizinhas podem contar connosco, nós contamos com eles para a contínua melhoria da nossa Educação.

Fundão, 21 de Dezembro de 2010

Deputado Municipal do CDS-PP



Aires Patrício



Assembleia Municipal de 21 de Dezembro 2010

CDS/PP

ANEXO 11
Enviar as
Senhor Presidente
da Câmara Municipal
M. M. M.
21.12.10
F.T. A título de substituição

1

Exmo. Senhor Presidente da Câmara municipal de **FUNDÃO**

Aires Patrício, deputado Municipal eleito do CDS/PP, vem apresentar as seguintes propostas para eventual inclusão nos documentos previsionais: Tomando em conta o Programa de Estabilidade e Crescimento para o período de 2010-2013, o Orçamento Geral do Estado de 2010 e os efeitos da crise económica e financeira do país.

Relembrando que no passado mês de Julho de 2010, o Governo aprovou um conjunto de medidas adicionais ao Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), através do qual retirou cerca de 100 milhões de euros às receitas municipais e decretou a obrigatoriedade do endividamento líquido nulo para os Municípios.

Considerando que a 29 de Setembro de 2010 o Conselho de Ministros aprovou um conjunto de orientações para diminuição de despesa e reforço de receita públicas, a serem aplicadas no OE/2011 e, algumas delas, ainda no ano económico de 2010, como por exemplo a redução das transferências do Estado para as Autarquias aponta para uma redução na ordem dos 130 milhões de euros, em relação aos valores que estão a ser transferidos desde Julho de 2010, redução que corresponderá, assim, a menos cerca de 230 milhões de euros em relação ao OE/2010.

Considerando, por outro lado, a necessidade de assegurar a manutenção das medidas favoráveis às empresas e às famílias no concelho de Fundão já aprovadas;

Propõe-se uma reavaliação do lado das despesas correntes em face de cada despesa individualmente considerada. Exemplos:

2. Redução equitativa das transferências para as juntas de freguesia proporcionalmente à redução percentual das verbas recebidas pela Autarquia do Estado Central.

3. Seleccionar com as Juntas de freguesia e Instituições de solidariedade social as acções e obras (subsidiadas) de cariz

WHL-5

prioritária.

4. Desenvolver com a colaboração dos funcionários camarários um plano de contenção e poupança serviço a serviço nos materiais consumíveis.

Simultaneamente propõem-se duas medidas que não vão onerar significativamente a Despesa e que poderão ter uma função social importante do ponto de vista da defesa do associativismo e dos valores da família, Nomeadamente:

5. Promoção e apoio do associativismo/voluntarismo sem fins lucrativos legalmente constituído

6. De forma a promover e apoiar as famílias fundanenses (leia-se – Concelho) com jovens a estudar fora do concelho, propõe-se, através de regulamento a efectuar, a comparticipação pela Câmara Municipal, mediante o respectivo escalão do IRS do respectivo agregado familiar, no preço dos bilhetes de transporte colectivo dos jovens que pretendam passar os fins-de-semana em Fundão com as suas famílias.



Aires Patrício

CDS/PP

Deputado Municipal

2010-12-21



Senhor Presidente,
Senhores Presidentes de Junta de Freguesia,
Senhoras e Senhores membros da Assembleia,
Senhoras e Senhores membros da comunicação social,
Minhas senhoras e meus senhores,

Apresentamos hoje a nossa proposta de Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2011.

E fazemo-lo num quadro de grave crise económica e social. Num contexto particularmente difícil e exigente para o país.

Ao longo deste ano, fomos sucessivamente confrontados com a imposição de diversas condicionantes à gestão da Autarquia. Sucessivamente nos alteraram as premissas com que havíamos definido as nossas linhas orientadoras.

Inclusivamente, os documentos provisionais aprovados por esta Assembleia há exactamente 1 ano rapidamente perderam os fundamentos com que haviam sido elaborados, tal foi avalanche de alterações que imediatamente se seguiram.

Em 2011, sabemos já que esses factores se irão conjugar numa série de restrições sem precedentes na vida do Município.

Falo, em primeiro lugar, dos cortes orçamentais que teremos de continuar a enfrentar.

Entendeu o Governo que a Câmara Municipal do Fundão deveria iniciar 2011 com menos 2,6 milhões de euros que o previsto no início de 2010.

Handwritten signature or initials in the top right corner.

Se este ano nos deparámos já com sucessivos e irresponsáveis cortes que nos retiraram 1 milhão de euros, no próximo ano teremos de sobreviver com o corte de mais 1,6 milhões de euros.

Este corte para 2011 corresponde tão-só a 13% das verbas que seriam transferidas se a Lei das Finanças Locais fosse cumprida.

Segundo aspecto particularmente negativo, o aumento da factura financeira.

Durante o presente ano, fruto da instabilidade dos mercados, assistimos a subidas astronómicas dos juros financeiros. Em 2011, por força dessa subida, estimamos que os encargos com juros aumentem cerca de 80%, situação altamente prejudicial para a gestão corrente da Autarquia.

Como resultado da crise, seremos assim penalizados pelos investimentos efectuados na melhoria da qualidade de vida no concelho.

Em terceiro lugar, o arrefecimento da economia.

As dificuldades que os nossos agentes económicos sentem diariamente terão um claro e negativo reflexo nas contas da Autarquia durante o próximo ano.

Dada a falta de iniciativa privada, prevemos uma redução nas receitas com taxas e licenças a rondar os 10%, sem esquecer a descida de 50% na cobrança de IMT verificada ao longo dos últimos 2 anos.

Não obstante, entendemos ser de fundamental importância que o nosso tecido empresarial continue sem pagar derrama no próximo ano, proposta que também hoje trazemos a esta Assembleia.

Handwritten initials and a signature in the top right corner.

Por esta ordem de razões, devo dizer-vos que estou muito preocupado com a situação que hoje enfrentamos.

Mas, em rigor, é bom que se diga que não estaríamos a passar por todas estas dificuldades se não fossem os constrangimentos que nos impuseram.

Senhoras e Senhores membros da Assembleia,

Em alturas de crise, de desânimo e desconfiança, o principal elemento para vencermos as dificuldades é usarmos a verdade e agirmos em conformidade.

E por isso, propomos hoje um orçamento que diz a verdade às pessoas, um orçamento de austeridade e de contracção. Um orçamento adaptado à realidade que vivemos.

O orçamento que agora apresentamos tem uma dotação global de 63 milhões de euros, 10% inferior ao último que trouxemos a esta Assembleia.

Sobre este documento, duas certezas vos quero transmitir:

Não iremos abandonar o caminho de desenvolvimento que vimos seguindo.

Ao longo destes anos, ajudámos a transformar a nossa terra, projectá-la no futuro e prepará-la para os novos desafios.

Nesse sentido, continuaremos a assegurar o investimento na melhoria das condições de vida no concelho do Fundão. Essa será sempre a pedra de toque da nossa actuação, por mais difíceis que sejam as contrariedades.



No próximo ano, canalizaremos os nossos esforços para aproveitamento dos fundos comunitários em projectos multiplicadores de investimento.

Falo, em concreto, do Programa Polis XXI, do Plano REFER-CMF, do investimento nos parques industriais de Silves e Gardunha Sul ou do Projecto Rio, projectos que permitirão aproveitar a última oportunidade dos fundos comunitários que terminam em 2013.

Se este orçamento está direccionado ao aproveitamento desses fundos, está também preparado para responder às novas emergências sociais para as quais estamos convocados.

E esta é a segunda certeza que vos quero deixar:

O apoio social, no combate à pobreza, miséria, exclusão social e fome, será uma área onde não iremos fazer contas. Não iremos também regatear esforços nos programas educativos ou nos projectos de apoio aos idosos que temos em curso por todo o concelho.

Poderemos vir a ser forçados a cortar em muitos sectores, poderão faltar recursos para muitas coisas, mas certamente iremos mobilizar todos os nossos meios para esta área de fulcral importância no actual momento da nossa vida colectiva.

Porque quando as coisas estão mal, o pior que podemos fazer é contribuir para os males com que nos deparamos, nem que seja com inércia. Todos devemos fazer alguma coisa. E a Câmara Municipal do Fundão tem já feito muito, embora muito haja ainda por fazer.



É por isso que as despesas correntes continuarão a ter um papel fundamental na gestão da Autarquia, designadamente ao nível dos programas de apoio social e benefícios concedidos pelo cartão social, mas também nas actividades de enriquecimento curricular e no fornecimento de refeições aos alunos.

Senhoras e Senhores membros da Assembleia,

Ainda assim, a austeridade fará sentir-se ao nível das despesas correntes. À semelhança dos anos anteriores, baixaremos as despesas com pessoal e com aquisição de bens e serviços.

No entanto, enquanto alguns se preocupam com a criação de um fundo de despedimentos, como se fosse solução para alguma coisa, nós recusamo-nos a contribuir para esse flagelo. Preferimos considerar o emprego como o principal alicerce do nosso futuro.

Assim, a redução dos custos com pessoal será obtida pela via do pagamento de horas extraordinárias ou ajudas de custo. Tudo faremos para evitar cessações de contratos ou despedimentos, excepto quando confrontados com situações que o justifiquem.

A hora é de trabalho e de racionalização dos nossos recursos.

Neste sentido, trazemos também a esta Assembleia a proposta de reestruturação dos serviços municipais.

É uma proposta que tem por base a adaptação da estrutura à estratégia de desenvolvimento socioeconómico do concelho.



Para o efeito, propomos a supressão de muitas unidades orgânicas formais, substituídas agora por unidades mais ágeis e substantivas.

É uma estrutura que custará menos ao orçamento municipal.

Senhor Presidente,
Apenas uma nota final.

O Município não pode estar sozinho neste trabalho de contenção.

Este executivo fundeia as suas políticas e a sua actuação na cooperação e diálogo com os diversos parceiros institucionais.

É isso que temos feito com as nossas Juntas de Freguesia e com as nossas associações e colectividades.

Nestes tempos de crise, é nas parecerias, na boa gestão de recursos e na união de esforços que está a chave do sucesso.

Com recursos cada vez mais escassos, o esforço de contenção e de rigor terá forçosamente de ser conjunto. A distribuição de verbas terá de respeitar critérios objectivos cada vez mais apertados. Todos teremos de estar predispostos a alguns sacrifícios nos tempos vindouros. E é este apelo que quero deixar.

Conto, por isso e para isso, com todos.

Termino, Senhor Presidente, com uma palavra de esperança, ânimo, mas também de muita determinação na busca dos objectivos que nos propomos a alcançar no ano de 2011 para o concelho do Fundão.



Os Fundanenses sabem que o próximo ano será um ano de muito trabalho e de muitas lutas. Sabem por isso que podem continuar a contar com a sua Câmara.

Terminada esta minha intervenção, permitam-me que enderece a todos os meus sinceros votos de um Feliz Natal, pleno de saúde e felicidade.

E que 2011 seja um Excelente Ano para todos nós.

Muito obrigado!

Fundão, 21 de Dezembro de 2010

Handwritten initials/signature in the top right corner.



PROPOSTA

O Grupo Municipal do Partido Social Democrata da Assembleia Municipal do Fundão propõe a eleição de João Manuel Lopes Boléu, Presidente da Junta de Freguesia de Alcaria, como representante das Juntas de Freguesia do Concelho do Fundão no Conselho Municipal de Educação.

Fundão, 21 de Dezembro de 2010

O Grupo Municipal do PSD,

Handwritten text in blue ink: "Fundão", "João Manuel Lopes Boléu", "Presidente da Junta de Freguesia de Alcaria", "representante das Juntas de Freguesia do Concelho do Fundão no Conselho Municipal de Educação".

Handwritten signature in blue ink, likely of João Manuel Lopes Boléu, with a question mark below it.